

29/abril/2026

À: Ilumina Toledo SPE S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 263AX-029-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Ilumina Toledo SPE S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Rafael Castro Hansted
Sócio

Ilumina Toledo SPE S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263AX-029-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Ilumina Toledo SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ilumina Toledo SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ilumina Toledo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 30 de abril de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

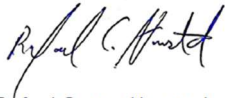
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

Ilumina Toledo SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.827	10.337
Impostos e contribuições a recuperar	5	500	404
Estoques	6	952	1.252
Ativo financeiro	7	1.091	1.298
Despesas antecipadas	8	278	288
Outros		51	18
Total do ativo circulante		13.699	13.597
Ativo não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	5	1.059	1.707
Caixa e aplicações restritas	9	5.403	1.804
Despesas antecipadas	8	2.153	2.398
Ativo financeiro	7	9.454	12.547
Imobilizado		14	12
Total do ativo não circulante		18.082	18.468
Total do ativo		31.781	32.065

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Toledo SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	157	170
Obrigações sociais e trabalhistas		134	80
Impostos e contribuições correntes	11	183	104
Impostos e contribuições diferidos	12	207	221
Empréstimos e financiamentos	13	2.450	1.854
Outras Obrigações	10	2	-
Total do passivo circulante		3.133	2.429
		-	
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	12	1.325	2.874
Partes relacionadas	14	14	14
Empréstimos e financiamentos	13	17.796	17.878
Total do passivo não circulante		19.135	20.766
		-	
Patrimônio líquido	15		
Capital social subscrito e integralizado		10.595	10.595
Prejuízos acumulados		(1.082)	(1.725)
Total patrimônio líquido		9.513	8.870
Total do passivo e patrimônio líquido		31.781	32.065

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Toledo SPE S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	3.052	5.789
Custos dos serviços prestados	17	(842)	(3.517)
Resultado bruto		2.209	2.272
Despesas administrativas, comerciais e gerais	18	(1.826)	(1.398)
Total das despesas operacionais		(1.826)	(1.398)
Despesas financeiras	19	(2.387)	(3.611)
Receitas financeiras	19	1.913	1.730
Resultado financeiro, líquido		(474)	(1.881)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(91)	(1.007)
Outros resultados operacionais		554	5
Imposto de renda e contribuição social correntes		(30)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	210	(65)
Lucro/ (Prejuízo) do exercício		644	(1.067)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Toledo SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	644	(1.067)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	644	(1.067)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Toledo SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.595	(658)	9.937
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(1.068)	(1.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.595	(1.726)	8.869
Lucro do exercício	-	644	644
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.595	(1.082)	9.513

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Toledo SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	644	(1.067)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	(3)	2
Pis e Cofins diferidos	(354)	(252)
IRPJ e CSLL diferidos	(210)	66
Juros Passivos Empréstimos	-	3.226
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Impostos e contribuições a recuperar	552	205
Estoques	300	1.942
Ativo financeiro	3.300	12.626
Outros ativos	223	(1.555)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras obrigações	(10)	(673)
Obrigações sociais e tributárias	54	19
Obrigações tributárias	(921)	(11)
Fluxo de caixa líquido proveniente das/ aplicados nas atividades operacionais	3.574	14.528
Das atividades de investimento		
Aplicação em caixa restrito	(5.617)	-
Resgate em caixa restrito	2.019	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(3.598)	-
Das atividades de financiamento		
Transações com partes relacionadas	-	(24.104)
Captação de empréstimos	514	19.732
Caixa líquido das atividades de financiamento	514	(4.372)
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	490	10.156
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.337	181
No fim do exercício	10.827	10.337
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	490	10.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ilumina Toledo SPE S/A (“Empresa”), é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado. Está registrada no CNPJ sob o nº 47.711.602/0001-10, e NIRE 41210971634 05/08/2022. A Companhia, com sede na cidade de Toledo, estado do Paraná, na Rua Doutor Flores, nº 768, Centro.

Foi constituída em 05 de agosto de 2022, tem como objetivo social a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Toledo/PR, por meio de concessão administrativa, incluídos a instalação, desenvolvimento, melhoramento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública.

A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 1054/2022, firmado em setembro de 2022, com vigência inicial de 156 meses.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 29 de abril de 2026.

(b) Base de elaboração ou mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas e políticas contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Sociedade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: **(i)** o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e **(ii)** as características de fluxo de caixa contratual do ativo Financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Contas a receber

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Custos amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: **(i)** é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros vínculos a concessão, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo financeiros

Fornecedores

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

3.2. Contrato de concessão

A Companhia aplica em seus registros contábeis a ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão, as quais estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Os ativos de infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo Financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos investimentos na iluminação das vias públicas no Município de Toledo, por meio de Contrato de Parceria Público Privada de Conceção Administrativa para prestação de serviços de modernização, eficientização energética.

O poder concedente, pelos serviços de construção/ melhoria, tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O Ativo Financeiro é mensurado ao custo amortizado. Na elaboração do projeto é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo do contrato e, periodicamente, é revisada e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na conta “Juros da TIR”.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa descontado pela TRAF do projeto. São considerados no fluxo de caixa futuro, as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita operacional) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato da PPP é realizada (recebida/auferida) pelo cumprimento dos marcos contratuais e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a receita operacional pode ser ajustada em decorrência de reequilíbrio do contrato solicitado por uma das partes.

A parcela de remuneração do ativo financeiro é apresentada na demonstração de resultado de forma consistente entre as receitas de operação com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contrato de Concessão” e da Orientação Técnica OCPC 05 “Contratos de Concessão”. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis.

O recebimento das contraprestações ocorre em 156 parcelas para a parcela pecuniária mensal. O contrato teve início em setembro de 2022 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Estão apresentados em detalhes na Nota Explicativa nº “7”.

3.3. Estoques

Os estoques são bens adquiridos e ainda não aplicados na modernização dos parques de iluminação pública. São mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Nos exercícios apresentados, a Companhia não identificou eventos que possam indicar que os ativos não serão recuperados através das atividades operacionais futuras.

3.5. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos.

As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.6. Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** identifica os contratos com clientes; **(ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(iii)** determina o preço da transação; **(iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance do contrato; e **(v)** satisfaz toda as obrigações de desempenho.

Para as receitas estimadas de acordo com o contrato que o município não efetuou o pagamento da fatura integral pelo não cumprimento contratual, a Companhia reconhece perdas no respectivo montante em conta de resultado.

a) Receitas e despesas financeiras: a receita financeira está representada pelos ganhos nas variações decorrentes de correção monetária das parcelas recebidas, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

b) Receitas de construção: a Receita de Construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 (Contratos de Concessão e CPC 47 (R1)/ IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como Ativo Financeiro, onde a Companhia estima o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção aplicados mais margem.

c) Receita de remuneração dos ativos financeiros: corresponde à remuneração do investimento na implantação da infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa realizados e futuros estimados durante o prazo de vigência do contrato.

d) Receitas de operação e manutenção: após a fase de implantação e melhoria da rede inicia-se a fase de manutenção e operação da rede de Iluminação pública do município, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

e) Receitas de prestação de serviços: a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando **(i)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(ii)** determina o preço da transação; **(iii)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **(iv)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

3.7. Impostos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

No final do exercício, a Companhia contabiliza líquido os valores feitos a título de adiantamento de impostos ao longo do exercício com o saldo a pagar, demonstrando somente o saldo remanescente que será liquidado no exercício subsequente.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para fins de apuração, a Companhia observa o disposto na Lei 12.973/2014, Instrução Normativa da Receita Federal no 1.700/2017 e demais normativos aplicáveis à operação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de 10 anos. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Esses tributos diferidos são integralmente apresentados na Companhia “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Para fins de apuração dos impostos diferidos relacionados ao Ativo Financeiro, a Companhia aplica o disposto na Lei 12.973/2014, Instrução Normativa da Receita Federal no 1.700/2017 e demais normativos aplicáveis à operação.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente de acordo com o Princípio da Competência e, portanto, estão apresentados pelo seu valor presente não sendo necessários ajustes.

3.9. Novas normas, revisões e interpretações

a) Novas normas e pronunciamentos - Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

b) Novas normas e pronunciamentos – Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”), que	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)	fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	
IFRS 18	O IFRS <i>Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada “ <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ”. Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	178	237
Aplicações financeiras	10.649	10.100
Total	10.827	10.337

O caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os equivalentes de caixa referem-se às aplicações financeiras e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado.

5. Impostos a recuperar

O Saldo da conta impostos a recuperar está composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicações financeiras	-	29
PIS a compensar	-	1
IRRF a Recuperar	-	38
IRPJ saldo negativo anos anteriores	287	104
CSLL saldo negativo anos anteriores	24	21
Pis diferido a recuperar	211	336
Cofins diferido a recuperar	970	1.547
INSS a recuperar (restituição)	51	32
Outros impostos a recuperar	16	3
Total	1.559	2.111

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	500	404
Não circulante	1.059	1.707
Total	1.559	2.111

A Companhia, na qualidade de concessionária em contrato de Parceria Público-Privada (PPP), regido pela Lei no 11.079/2004, reconhece ativos fiscais diferidos de PIS e COFINS gerados sobre os custos dos serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação e/ou melhoramento de infraestrutura que são aproveitados na proporção dos recebimentos, quando a receita decorrente desses serviços tiver contrapartida em ativo financeiro. A constituição desses créditos fundamenta-se na Instrução Normativa RFB no 1.700/2017, especificamente em seu artigo 282saldos de PIS e COFINS diferidos têm sua base de cálculo relacionada ao Ativo Financeiro, calculadas de acordo com a IN 1700/2017.

6. Estoques

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Braçadeiras	9	798
Cabos	111	-
Caixas	24	55
Cinta	37	-
Conectores	33	121
Diversos	75	92
Luminárias	512	91
Postes	86	38
Projeto	41	19
Rele fotoelétrico	24	38
Total	952	1.252

Representados pelos custos dos produtos que serão utilizados na prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Município de Toledo para modernização, ampliação, eficiência energética e manutenção do Parque Municipal de Iluminação Pública, que inclui todas as unidades localizadas dentro dos limites territoriais do Município de Toledo, conforme contrato de Concessão Pública Número 1054/2022.

A Companhia revisa periodicamente seus estoques para identificar itens obsoletos ou com valor de mercado inferior ao custo de aquisição. Com base na avaliação técnica e física efetuada em 31 de dezembro de 2025, que considerou o histórico de movimentação, não foram identificados itens que exigissem a constituição de provisão (perda estimada) para obsolescência ou ajuste ao valor realizável líquido nesta data.

7. Ativo financeiro – concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes da execução dos investimentos previstos no contrato de parceria público privada, firmado com o Município de Toledo, nº 1054/2022. Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 “Instrumentos Financeiros”.

Posteriormente, o saldo é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (“TRAF”) e amortizado pelo recebimento das contraprestações.

São classificados em circulante e não circulante de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência do contrato.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Financeiro circulante	1.091	1.298
Ativo Financeiro não circulante	9.454	12.547
Total	10.545	13.845

Movimentação do Exercício	31/12/2025
Saldo Inicial	13.845
Investimento no Ativo Financeiro	490
Margem de Construção (10%)	54
Atualização do Ativo Financeiro (TIR)	614
Recebimento da Contraprestação	(4.458)
Total	10.545

O recebimento das contraprestações ocorrerá em 156 parcelas. O Ativo financeiro é remunerado pela TIR a uma taxa de 3,48% a.a. e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na linha de "Receitas TIR".

8. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas circulante		
Prêmios de seguros a apropriar	32	42
Outros custos e despesas pagas antecipadamente (a)	246	246
Total	278	288
Despesas antecipadas não circulante		
Outros custos e despesas pagas antecipadamente (a)	2.153	2.398
Total	2.153	2.398

(a) Gastos pré-operacionais diversos incorridos no início do contrato (taxas, registros, entre outros).

9. Caixa e aplicações restritas

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Bradesco Aplic. Financeira CDB-II 7042-4	5.403	1.804
Total	5.403	1.804

A Companhia possui aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de dezembro de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de empréstimos, sendo mantidos retidos conforme definições do seu contrato de financiamento, sendo, obrigatoriamente, o valor depositado em conta o mínimo de 6 parcelas (encargos + dívida) referentes ao contrato vigente.

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Fornecedores de serviços	157	170
Total	157	170

11. Impostos e contribuições a recolher correntes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Cofins a recolher	127	81
Pis a recolher	27	14
CSLL a recolher	19	-
PIS/Cofins/CSLL a recolher	2	3
IRRF sobre trabalho assalariado	7	6
Total	182	104
Circulante	183	104
Não Circulante	-	-
Total	183	104

12. Impostos e contribuições a recolher diferidos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Pis diferido a recolher	357	421
Cofins diferido a recolher	1.644	1.934
IRPJ diferido a recolher	552	706
CSLL diferida a recolher	207	263
(-) PIS s/ AVP	(219)	(41)
(-) Cofins s/ AVP	(1.009)	(188)
Total	1.532	3.095
Circulante	207	221
Não Circulante	1.325	2.874
Total	1.532	3.095

Os saldos de impostos diferidos têm sua base de cálculo relacionada ao Ativo Financeiro, calculadas de acordo com a IN 1700/2017.

13. Empréstimos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimo BRDE	20.246	19.732
Total	20.246	19.732
Circulante	2.450	1.854
Não circulante	17.796	17.878

Movimentação do Exercício	31/12/2025
Saldo Inicial	19.732
Adições	2.088
Correção monetária	2.315
Pagamento de principal	(2.019)
Pagamento de juros	(1.907)
Amortização do custo de transação	37
Total	20.246

Empréstimos e financiamentos

Em 2024 foi firmado contrato de empréstimo junto ao BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) para continuidade das obras. Estão amparados por garantias fidejussórias, representadas pelo aval dos

acionistas e notas promissórias em favor das respectivas instituições financeiras. As captações possuem juros de TR-M + 9% a.a. Os pagamentos dos juros e as amortizações do principal serão mensais com vencimento em dezembro de 2035.

Garantias:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de dezembro de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de empréstimos, sendo mantidos retidos conforme definições do seu contrato de financiamento, sendo, obrigatoriamente, o valor depositado em conta o mínimo de 6 parcelas (encargos + dívida) referentes ao contrato vigente.

14. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a pagar		
Engeluz Iluminação e Eletricidade Ltda.	14	14
Total	14	14

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício		
Despesa de juros mútuo		
Comerc Energia S.A.	-	(3.226)
Efeito no resultado	-	(3.226)

Trata-se de mútuos captados junto às acionistas e empresa coligadas.

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da empresa é de R\$ 10.595 mil, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 10.595 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto.

Destinação do resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa apurou lucro no montante de R\$ 644 mil. O referido montante será destinado à conta de prejuízos acumulados resultando em um saldo de R\$ 1.082 mil.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Receita de construção	545	3.542
Receita TIR	614	861
(-) PIS s/ Receita de Construção	(9)	(59)
(-) Cofins s/ Receita de Construção	(41)	(270)
(-) PIS s/ TIR	(10)	(14)
(-) Cofins s/ TIR	(47)	(65)
Total	1.052	3.995
Receita de prestação de serviços	2.259	2.019
(-) ISS	(50)	(38)
(-) PIS	(37)	(33)
(-) Cofins	(172)	(154)
Total	2.000	1.794
Receita operacional líquida	3.052	5.789

A Companhia, na qualidade de concessionária em contrato de Parceria Público-Privada (PPP), reconhece e mensura suas receitas operacionais em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Orientação OCPC 05 e o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Receita Operacional Líquida é composta pelas receitas de construção, remuneração do ativo financeiro (TIR) e prestação de serviços, deduzidas dos tributos incidentes, observando as disposições da Instrução Normativa RFB no 1.700/2017.

Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida ao longo da fase de implantação e melhoria da infraestrutura da concessão, com base no estágio de conclusão dos serviços prestados - CAPEX. Essa receita é mensurada pelo

valor justo da contraprestação recebida ou a receber, correspondendo aos custos de construção incorridos acrescidos de uma margem de lucro de 10%. O reconhecimento dessa receita gera a formação do Ativo Financeiro da concessão, uma vez que a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A medida que a fase de CAPEX está sendo finalizada, a Receita de Construção no exercício de 2025 em comparação ao exercício anterior, reduziu na mesma proporção.

Receita de Remuneração do Ativo Financeiro (TIR)

A receita de remuneração do ativo financeiro decorre da atualização financeira do saldo a receber do poder concedente. Essa receita é reconhecida no resultado do exercício pelo método da taxa de juros efetiva (Taxa Interna de Retorno - TIR) implícita no contrato de concessão, aplicada sobre o saldo contábil do ativo financeiro. Para fins tributários, a tributação dessa receita financeira observa o regime de competência e as bases de cálculo específicas estabelecidas pela IN RFB no 1.700/2017.

Receita de Serviços

A receita de serviços refere-se à contraprestação pela operação, manutenção e gestão da infraestrutura concedida. Essa receita é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados aos usuários ou ao poder concedente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos. A mensuração ocorre pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta compreendem, substancialmente, os tributos incidentes sobre a receita, tais como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). A apuração e o recolhimento do PIS e da COFINS sobre as diferentes naturezas de receita (construção, financeira e serviços) seguem rigorosamente as alíquotas e as regras de diferimento e base de cálculo previstas na legislação tributária vigente, em especial a IN RFB no 1.700/2017.

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Custos de construção	(486)	(3.555)
Créditos de PIS e Cofins	45	294
Outros custos	(401)	(256)
Total	(842)	(3.517)

18. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Despesas com pessoal	(701)	(570)
Serviços de terceiros	(8)	(477)
Depreciação e amortização	(3)	(3)
Aluguéis	(88)	(67)
Outras despesas administrativas	(1.026)	(281)
Total	(1.826)	(1.398)

19. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.795	202
Juros e atualizações monetárias Ativo Financeiro	211	1.612
PIS e Cofins sobre receita financeira	(93)	(84)
Subtotal receitas financeiras	1.913	1.730
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(9)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.344)	(352)
Juros sobre partes relacionadas	-	(3.226)
Outras despesas financeiras	(41)	(24)
Subtotal despesas financeiras	(2.387)	(3.611)
Resultado financeiro líquido	(474)	(1.881)

20. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O IRPJ e a CSLL têm sua base de cálculo relacionada ao Ativo Financeiro. Assim como as adições e exclusões no Lalur calculadas de acordo com a IN 1700/2017, art. 168.

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	464	(1.001)
(-) Exclusões Receita Ativo Financeiro	(607)	(1.108)
(+) Adições	532	876
Base cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	389	(1.233)
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal de 25% e 9%	-	-
Reconhecimento IRPJ e CSLL Diferidos	210	(65)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	210	(65)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	210	(65)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Ativos Financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Mensurado ao Custo Amortizado	21.372	24.182
Caixas e bancos	178	237
Aplicações financeiras	10.649	10.100
Ativo financeiro	10.545	13.845
Total Ativos Financeiros	21.372	24.182

Passivos Financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Mensurado ao Custo Amortizado	20.417	19.916
Fornecedores	157	170
Operação com partes relacionadas	14	14
Empréstimos	20.246	19.732
Total Passivos Financeiros	20.417	19.916

Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa no 4.

Risco de crédito

A Companhia possui exposição ao risco de crédito relacionado somente ao caixa e equivalentes de caixas. A fim de mitigar riscos, a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

A precisão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

	Indexadores	Cenário I (25%)	Cenário Provável	Cenário II 25%
	CDI / SELIC	11,06%	14,75%	18,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.198	1.597	1.996
Caixa e aplicações restritas	CDI	598	797	996
Empréstimos e financiamentos	Taxa fixa	(1.822)	(1.822)	(1.822)

22. Eventos subsequentes

A Companhia não possui eventos subsequentes relevantes a serem divulgados entre a data das demonstrações contábeis e a data da sua emissão.